

Jus Scriptum

EDITORIAL

A história de uma revista
A scientific journal and its history
Cláudio Cardona

ARTIGOS

Os juízes municipais no Brasil Império
Municipal judges in Brazilian Empire
Maria Cristina Carmignani

O fim do anonimato do doador através do direito à identidade pessoal no acórdão nº 225/2018
The end of donor anonymity through right to personal identity in judgment no. 225/2018
Giovanna Canelas

O conteúdo jurídico-normativo do direito fundamental à alimentação no contexto da sustentabilidade ambiental e social
The legal-normative content of the fundamental right to food in the context of environmental and social sustainability
Eduardo Alvares de Oliveira

O ministério público e a tutela dos direitos fundamentais no âmbito da justiça constitucional no Brasil e em Portugal
The Public Prosecution and the protection of fundamental rights within the framework of constitutional justice in Brazil and Portugal
Mona Lisa Duarte Aziz

A proteção de dados pessoais na pandemia de covid-19: breves notas sobre contact tracing apps e o direito à privacidade na era da vigilância
The personal data protection in COVID-19 pandemic: short notes about contact tracing apps and the right to privacy in the Age of Surveillance
Felipe Müller Dornelas

HOMENAGENS

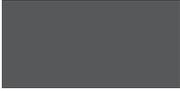
Homenagem in memoriam do Professor Doutor Zeno Veloso
Cláudio Cardona

Zeno era jurista
Caio Brilhante Gomes

Zeno Veloso entre "aqueles que se vão da lei morte libertando"
Eduardo Vera-Cruz Pinto

Revista Jurídica
NELB

Jus Scriptum



NELB
Núcleo de Estudo
Luso-Brasileiro



jusscriptum.pt

REVISTA JURÍDICA
NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILEIRO
FACULDADE DE DIREITO DA ULISBOA
Ano 16 • Volume 6 • Número 1
Abr/Jun 2021 • Lisboa – Portugal
Periodicidade Trimestral
ISSN 1645-9024

Diretor da Revista – Editor-In-Chief
Cláudio Cardona

Conselho Editorial – Editorial Board

André Brito, Presidente do NELB
Cláudio Cardona, Diretor da JusScriptum
Paulo Rodrigues, Diretor Científico do NELB
Gabiellen Carmo, Diretora Científica do NELB
Thiago Santos Rocha, Observador Externo

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Maria Cristina Carmignani
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

André Saddy
Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

Maria João Estorninho
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Edvaldo Brito
Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Paula Rosado Pereira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Eduardo Vera-Cruz Pinto
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Vaz Freire
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Fernanda Martins
Universidade do Vale do Itajaí

Pedro Romano Martinez
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Francisco Rezek
Francisco Resek Sociedade de Advogados

Rute Saraiva
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Janaina Matida
Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado

Sergio Torres Teixeira
Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

Lilian Márcia Balmant Emerique
Faculdade Nacional de Direito - UFRJ

Susana Antas Videira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Luciana Costa da Fonseca
Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA

Corpo de Avaliadores – Review Board

Camila Franco Henriques
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes

Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcelos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Sílvia Gabriel Teixeira

Revista Jurídica
NELB
Jus
Scriptum

NELB
Núcleo de Estudo
Luso-Brasileiro



NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro
Fundado em 07/06/2001
Diretoria do Biênio 2020/21

Direção Geral

Diretoria Executiva

André Brito, Presidente

Rodrigo David, Vice-Presidente

Maria Eduarda Ribeiro, Secretária-Executiva

Rebecca Rossato, Tesoureira

Secretarias Especiais da Presidência:

Alicia Massoti, Secretária da SEACAD

Caio Brilhante, Secretário de Meio Ambiente (SEMA)

Filipe Vigo, Secretário de Mestrados, Doutoramento e
Empregabilidade (SEMIDE)

Rodrigo David, Secretário de Licenciatura (SEL)

Diretoria Científica

Gabriellen Carmo, Diretora Científica

Paulo Rodrigues, Diretor Científico

Laura Viana, Diretora-Adjunta

João Villaça, Diretor-Adjunto

Laura Dutra, Assessora

Maria Luiza Carpinteiro, Assessora

Diretoria de Eventos

Leandra Freitas, Diretora de Eventos

Sandro Parente, Diretor de Eventos

Emmanuel Matheus, Diretor-Adjunto

Luana Lara, Diretora-Adjunta

Joice Carmo, Diretora-Adjunta

Letícia Bittencourt, Assessora

Nicole Lintz, Assessora

Eric Alejandro, Assessor

Diretoria de Comunicação

Maria Luiza Ximenes, Diretora de Comunicação

Victor Gabriel, Diretor de Comunicação

Bruna Lebre, Diretora-Adjunta

Isabelle Carvalho, Diretora-Adjunta

Rafaela Mascaro, Assessora

Matheus Morais, Assessor

Diretoria de Apoio Pedagógico

Mileny Silva, Diretora Pedagógica

Roberta Viana, Diretora Pedagógica

Camila Henriques, Diretora-Adjunta

Iago Leal, Diretor-Adjunto

Jéferson Nicolau, Diretor-Adjunto

Ana Krum, Assessora

Larissa Lopes, Assessora

Natália Farinha, Assessora

Assembleia Geral

Cláudio Cardona, Presidente

Maria Eduarda Ribeiro, Primeira-Secretária

Thais Sousa, Segunda-Secretária

Conselho de Presidentes

Elizabeth Lima, Presidente

Henrique Barbosa

Cláudio Cardona

Conselho Fiscal

Maria Mariana Moura, Presidente

Luis Otávio Lara

Thais Sousa

nelb.pt



REVISTA JURÍDICA
NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILEIRO
FACULDADE DE DIREITO DA ULISBOA
Ano 16 • Volume 6 • Número 1
Abr/Jun 2021 • Lisboa – Portugal
Periodicidade Trimestral
ISSN 1645-9024

EDITORIAL

A história de uma revista
A scientific journal and its history
Cláudio Cardona

ARTIGOS

Os juízes municipais no Brasil Império
Municipal judges in Brazilian Empire
Maria Cristina Carmignani

O fim do anonimato do doador através do direito à
identidade pessoal no acórdão nº 225/2018
The end of donor anonymity through right to personal identity in judgment no. 225/2018
Giovanna Canellas

O conteúdo jurídico-normativo do direito fundamental à
alimentação no contexto da sustentabilidade ambiental e social
*The legal-normative content of the fundamental right to food in the context of
environmental and social sustainability*
Eduardo Alvares de Oliveira

O ministério público e a tutela dos direitos fundamentais no âmbito
da justiça constitucional no Brasil e em Portugal
*The Public Prosecution and the protection of fundamental rights within the framework of
constitutional justice in Brazil and Portugal*
Mona Lisa Duarte Aziz

A proteção de dados pessoais na pandemia de covid-19: breves notas
sobre contact tracing apps e o direito à privacidade na era da vigilância
*The personal data protection in COVID-19 pandemic: short notes about contact tracing
apps and the right to privacy in the Age of Surveillance*
Felipe Müller Dornelas

HOMENAGENS

Homenagem in memoriam do Professor Doutor Zeno Veloso
Cláudio Cardona

Zeno era jurista
Caio Brilhante Gomes

Zeno Veloso entre “aqueles que se vão da lei morte libertando”
Eduardo Vera-Cruz Pinto



EDITORIAL: A HISTÓRIA DE UMA REVISTA

LEADER: THE HISTORY OF A JOURNAL

A primeira reflexão quando da assunção da direção dos trabalhos da Jus Scriptum foi mesmo saber a causa de uma revista - não desta revista, mas de qualquer revista científica.

Uma revista é feita de artigos e essa é a sua causa material - ou uma possível causa material. Poderíamos ir além e dizer que ela é feita de palavras, mas isso não a diferenciaria de livros e outros textos e nem mesmo dos artigos. Por outro lado, poder-se-ia dizer que é feita de conhecimento, mas findaria na mesma dificuldade. Então, fiquemos mesmo com os artigos - e que estes sejam definidos por si mesmos em seara própria.

Uma revista é em si mesma sua causa formal. Antes que qualquer discussão entre causa formal e material se imponha e passemos a discutir se a revista é papel ou dados informáticos, a revista é esse conjunto de artigos e sua causa formal é mesmo esse produto.

Até aqui, com alguns subterfúgios (e imprecisões metodológicas) para não cansar o leitor no editorial, tirando-lhe o fôlego para a causa material - digo, os artigos - desta revista, mantivemos certa ordem nesta narrativa. Ocorre que a causa eficiente nos leva a diversos caminhos. Para manter o pragmatismo, o *modus operandi* é mesmo este: investigadores, como não poderia deixar de ser, investigam, refletem, tomam algumas conclusões e comunicam mediante a transposição deste conhecimento para o suporte de divulgação científico artigo; em seguida, submetem o artigo a uma revista - no caso, esta revista -, de forma a ser apreciado pelos seus qualificados pares em um procedimento de avaliação - no caso desta revista, *double-blind peer review*, por fim, aprovado, o artigo é publicado em suporte físico e/ou digital.

O abandono do pragmatismo deve acontecer neste momento. A causa eficiente deverá contar uma história: a história de uma revista jurídica.

Em 2005, o então Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiro, quatro anos após a sua fundação, deu um importante

passo na concretização de seu viés científico. A *Jus Scriptum* - Boletim do NELB vinha a lume nas palavras do Diretor Científico do Núcleo, Guilherme Guimarães Feliciano, e convidava toda a comunidade acadêmica (associados, professores e leitores em geral) a participarem ativamente daquele instrumento de divulgação científica.

Nos três anos seguintes, a revista lançaria três volumes e sete novos números. Sob a batuta de três Diretores Científicos, quais sejam, Lavínia Cavalcanti Lima Cunha, Elisa Ustároz e Filipe Teixeira Neto, e atravessando três gestões, a revista publicou textos de nossos professores e colegas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, mas também de magistrados e doutrinadores brasileiros.

O quarto volume da *Jus Scriptum* marcaria o termo inicial um hiato de dez anos. Aquele volume, no entanto, também era uma confraternização do Núcleo consigo mesmo. A edição foi comemorativa em homenagem ao Professor Jorge Miranda, fundador do Núcleo, que chegou a se chamar, em 2001, Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiro e Grupo de Estudos Professor Jorge Miranda.

Em 2018, já sob a nomenclatura de Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro, foram mobilizados alunos para refundar a *Jus Scriptum* sob a alcunha de Revista Jurídica do NELB e foi lançado a nona edição da revista, no entanto, a logística e a grande mobilidade de estudantes na faculdade não permitiram uma edição no ano subsequente.

Em 2020, observando-se: que o viés de apoio aos estudantes brasileiros vinha sendo bem executado e que o núcleo era visto como uma casa aberta aos seus associados e não-associados; que o viés de promoção de eventos acadêmicos tinha alcançado igualmente seu ponto mais alto; então, refletiu-se: os dois vieses presentes na fundação do Núcleo estavam realizados e perfaziam-se seus objetivos diariamente, no entanto, o viés científico de divulgação, estabelecido como o terceiro viés do Núcleo em 2005, falhara.

Era preciso criar um projeto não apenas para o lançamento de uma única edição, fruto de um esforço cem metros rasos. Era preciso um projeto pensado a longo prazo, respeitada a expertise do passado e adotados os melhores procedimentos técnicos.

Naquele ano, a Presidente da gestão 2016/17, Maria Ma-

riana Moura aceitou o nosso convite para assumir a Diretoria Científica do Núcleo. A experiência das dificuldades do passado, em especial dos motivos pelos quais a Jus Scriptum não foi publicada naquele ano era adubo para a construção de um projeto de longo prazo.

Foram meses de estudo dos melhores exemplos de revistas científicas. Os modelos vieram de todo o mundo. Foram adotados critérios éticos e técnicos das melhores experiências. A revista adotou um site próprio e um sistema de gestão, permitindo aos autores uma experiência mais fluida em todo o processo. A revista adotou pela primeira vez um processo de double-blind peer review e um formulário de avaliação de acordo com critérios internacionais.

Foram 18 meses de trabalho até o primeiro número ser lançado. O tempo atravessou a gestão que tivemos a honra de presidir e alcançou a gestão presidida por André Brito. Qual não foi a honra quando nos convidou para a função de Diretor da Revista Jurídica, posição criada pelo Estatuto de 2020 e mais medida para garantir a estabilidade da Jus Scriptum, que passou a ter uma coordenação própria, com autonomia e cujo mandato não coincide com as gestões, mas com o meio delas, de forma a garantir a manutenção do funcionamento regular da revista.

Hoje, como na primeira edição, vem a lume a edição de abril, maio e junho de 2021, no ano 16 da revista, volume 6.

Conta-se com um Conselho Editorial com a experiência do Diretor Científico de 2016/17, com a competência dos Diretores Científicos e com o suporte do Presidente do Núcleo.

Conta-se com um Conselho Científico ímpar, formado por grandes professores de nossa casa, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e com brilhantes professores brasileiros, provenientes das melhores universidades de todas as regiões do país. Materializa-se o que se pode orgulhosamente chamar de um conselho científico luso-brasileiro.

Por fim, o auxílio luxuoso de um corpo de avaliadores formado por doutores e doutorandos de diversas instituições de Brasil, Portugal e Espanha, ao que se busca, não apenas a mais criteriosa avaliação dos artigos submetidos, mas também a pluralidade de influências e escolas jurídicas.

Essa é, pois, uma profunda e histórica causa eficiente de um trabalho feito a muitas mãos - tantas mãos que não se pode explicar, pois apenas se falou daquelas invisíveis mãos que seguram os instrumentos que cinzelam a Jus Scriptum, deixando-se de honrar como se deve as tantas mãos que esmeradamente erguem o Núcleo e seus outros vieses e dimensões. Não é por outra razão que se fez questão de registrar nas páginas que antecederam este Editorial, não apenas os Conselhos e Comissões diretamente ligados à Jus Scriptum, mas também todos os membros que atuam nos órgãos de gestão deste Núcleo.

Por fim, a causa final de uma revista é mesmo o propósito de enriquecer o debate acadêmico, sendo suporte para o conhecimento e fazendo chegar a um qualificado número de investigadores, juristas e interessados em sentido amplo. A concretização dessa potência depende agora da comunidade acadêmica, que encontra Jus Scriptum portas abertas à discussão.

Cláudio Cardona¹
Diretor da Jus Scriptum

¹ Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Especialista pós-graduado em Processo Civil Contemporâneo e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Conselheiro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Presidente da Assembleia do Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vice-Presidente do Núcleo Acadêmico de Lisboa do IBD FAM. Sócio do escritório Cardona&Wanderley Advogados Associados. Advogado e consultor jurídico. Foi Conselheiro Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 2019 e 2021, Diretor e Presidente do Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 2018 e 2020, Vice-Presidente do Núcleo de História do Direito também da FDUL entre 2020 e 2021.